



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002683-05.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **JOÃO PARANHOS FILHO**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em outubro de 2015 recebeu as chaves de imóvel que comprou, mas desde então a ré não lhe fornece energia elétrica.

Alegou ainda que como se não bastasse ela emitiu faturas a esse título, tendo quitado algumas delas.

A ré em contestação admitiu que cumpriu a decisão de fls. 54/55, item 1 (fl. 61, primeiro parágrafo), reconhecendo com isso que anteriormente não fornecia energia elétrica ao imóvel em apreço.

Ademais, salientou que cancelou as faturas emitidas no período de setembro de 2015 a fevereiro de 2016 (fl. 62, último parágrafo), o que gerou ao autor um crédito oriundo das faturas que foram pagas (fl. 63, primeiro parágrafo).

Isso corresponde à aceitação dos fatos articulados pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Com efeito, nada justificava que a ré não cumprisse as obrigações a seu cargo, deixando de prestar os serviços que lhe tocavam ao autor.

De igual modo, não se afigurava pertinente a emissão de faturas nessas circunstâncias e, o que é pior, a ameaça de suspensão do fornecimento de energia que ainda não tinha vez.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Ressalvo somente que é possível que a ré restitua os valores pagos ao autor mediante créditos em faturas futuras.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a restituir ao autor a quantia de R\$ 45,44, podendo fazê-lo mediante crédito em faturas de consumo de energia que se venceram após a propositura da ação, bem como para declarar a inexigibilidade das faturas vencidas em janeiro e fevereiro de 2016.

Torno definitiva a decisão de fls. 54/55, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**